

# Pensando nos critérios de identificação e conceituação da categoria gramatical de sujeito<sup>1</sup>

Cleber Ataíde<sup>2</sup>

Os conceitos gramaticais com os quais lidamos – “sujeito”, “verbo”, “substantivo”, “oração” etc. – são entidades hipotéticas, criadas pelos gramáticos em sua tentativa de descrever a língua. Os fatos da língua são coisas que se podem observar, e que podem ser reconhecidas sem se saber linguística. [...] a gramática {...} é um conjunto de hipóteses. A função dessas hipóteses é fornecer uma imagem compacta da língua, de maneira que se possa, até certo ponto, prever o que os falantes aceitam e o que eles não aceitam. (PERINI, 2006, p.31)

## RESUMO:

Neste artigo discuto os vários conceitos de sujeito presentes na gramática normativa e em alguns livros didáticos e analiso quais os critérios adotados nestes manuais para determinar a categoria gramatical de sujeito. Discorro ainda sobre as imprecisões desses critérios para definir o fenômeno aqui destacado, recorrendo às idéias de Perini (1991, 1996, 2006) e de Pontes (1986).

**PALAVRAS-CHAVE:** Sujeito; Conceito; Gramática.

## ABSTRACT:

On this article I discuss many subject concepts present in the normative grammar and in didactic books and I analyse what are the criterion adopted on these manuals to determine the subject grammatical category. I stil disagree l about the imprecisions of these criteria to define the highlighted phenomenon, evoking to Perini ( 1991, 1996, 2006) and Pontes ( 1986) ideas.

**KEY-WORDS:** Subject; Concept; Grammar.

## 1. Sobre o sujeito

Entre outras definições, a categoria de sujeito tem sido descrita nas gramáticas<sup>3</sup> como *o elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo* (SANTOS, 2003). No entanto, como acontece no domínio das descrições linguísticas, em muitos casos, essa definição não é absoluta e, muito menos, é uma definição que contempla outros aspectos que envolvem a identificação de sujeito numa língua.

---

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte da dissertação “*O comportamento sintático-semântico da categoria gramatical de sujeito em títulos jornalísticos: uma abordagem funcionalista*”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, *campus* de Serra Talhada (cleberataide@gmail.com).

<sup>3</sup> Neste trabalho, estou usando os termos ‘gramática’ e ‘manual didático’ distintamente. O primeiro refere-se à gramática de cunho normativo-prescritivo e o segundo, à gramática de uso pedagógica.

Muitos exemplos<sup>4</sup> podem ser aqui explicitados em que essa identificação não se aplica efetivamente a todas as ocorrências da língua portuguesa.

(01) Denúncia **leva** pai que abusou da filha (JC, Brasil, p. 22 – 28/10/2007)

(02) Lei **cria** cadastro de celulares roubados. (DP, B4 – 13/12/2006)

(03) **Havia** muitos bois na rua.

(04) **Fez** muito frio neste ano.

Certamente, numa análise da Gramática Tradicional, doravante GT, dir-se-ia que em (01) e (02) os sujeitos são “Denúncia” e “Lei”, enquanto que em (03) e (04), configura-se nos enunciados “uma oração sem sujeito”, por apresentar verbo considerado impessoal que representa fenômeno natural na oração (04), e na oração (03), tem-se um verbo impessoal, haver, no sentido de existir.

Sobre o sujeito, Perini (1991) observa que, em orações como “Em Belo Horizonte chove um bocado”, a oração que é classificada pela GT como oração sem sujeito, não deveria estar declarando nada sobre coisa alguma. No entanto, a oração exprime, claramente, uma declaração sobre Belo Horizonte. Isso demonstra uma contradição entre a definição de sujeito explícita nas gramáticas e a prática de identificação de sujeitos, tal como se encontra quando da análise de casos concretos. O autor conclui, em suma, que a oração em pauta não tem sujeito porque o verbo chover não concorda com nenhum dos termos nela presentes. Logo, a definição mais coerente de sujeito segue o critério sintático, o qual diz seria: “o sujeito é o termo com o qual o verbo concorda”.

Outros conceitos são formulados para a noção de sujeito. Define-se, por exemplo, que sujeito *é o termo sobre o qual se faz uma declaração* (CUNHA & CINTRA, 1985; TAKAZAKI, 2002 e SANTOS, 2003) *e que concorda o verbo* (PERINI, 1996; BECHARA, 2002; ABAURRE, 2003 e SANTOS, 2003).

Essas definições, por vezes, não dão conta da identificação do sujeito em enunciados abaixo:

(05) A Rosa eu **falei** com ela ontem.

---

<sup>4</sup> Os exemplos utilizados neste artigo fazem parte do nosso *corpus* de análise (ATAÍDE, 2008), com exceção dos exemplos com verbos impessoais e outros tipos de verbos que foram retirados de SANTOS (2003), PERINI (2001) e PONTES (1986).

(06) A Vanda eu acho que tá dando aula.

Quem é o sujeito em (05)? ‘Rosa’ ou ‘eu’? E em (06), o sujeito identificado é ‘Vanda’? E o pronome ‘eu’, como fica? Tais interrogações parecem evidenciar uma certa confusão dos fundamentos que orientam a análise da GT.

A explicação está no critério utilizado pela gramática. Escolhe-se, por exemplo, talvez por inevitável herança gramatical, a definição que se estabelece do ponto de vista discursivo (PONTES, 1986), uma vez que os termos em (05) e (06), respectivamente ‘Rosa’ e ‘Vanda’, são elementos deslocados à esquerda, na tentativa de referenciar o termo sobre o qual se dá a importância no enunciado. Nos exemplos acima teríamos ‘Rosa’ e ‘Vanda’ como elementos topicalizados na estrutura superficial e não na condição de sujeito. Mas, ao se deslocarem à esquerda, talvez pudessem ser interpretados como sujeito em Português por se apresentarem inicialmente na superfície linguística com a ordem SVO.

Nestes casos, a identificação do sujeito é confundida com a construção de tópico<sup>5</sup>. Pontes (1986) fundamenta nossa percepção e mostra uma alternativa, postulando uma análise pautada na teoria do discurso e pragmática, porque, para a autora, interpretar uma construção desse tipo é uma tarefa complexa e o ouvinte ou o leitor precisará, certamente, de usar seu conhecimento tanto de regras do discurso, quanto da situação em que tal discurso está envolvido (contexto situacional). A GT, certamente, não explicita ou, pelo menos, não considera a situação discursiva em suas análises.

Essa confusão de conceitos, de fato, evidencia uma contradição bastante clara entre a definição explicitamente nas GTs e a prática que, naturalmente, se tem para identificar o sujeito tal como se encontra nesta análise que fizemos. Quanto a isso, Perini (2006, p. 17) diz que toda essa confusão ocorre porque a aprendizagem da gramática acontece a partir de suas tarefas não relacionais.

Primeiro, é preciso aprender, entre outras coisas, a identificar o sujeito de uma oração; depois é preciso aprender a definição de sujeito. Mas [...] a identificação dos sujeitos não se faz com base na definição aprendida; faz-se com base em alguma outra definição, nunca

---

<sup>5</sup> Defino tópico como um recurso linguístico que é utilizado para dar relevo/ ênfase, para centrar o foco de atenção no discurso.

exteriorizada. [...] identificamos o sujeito da maneira que sentimos ser a mais adequada.

Diante disso, na próxima seção, explicito as definições de sujeito nas gramáticas, analisando-as e confrontando com as posições linguísticas.

## 2. Quem é o sujeito? Definições e critérios de identificação

O estudo das definições de sujeito, proposto neste trabalho, partiu da análise de vários materiais disponíveis em Língua Portuguesa que tratam do assunto. Assim, foram examinadas gramáticas normativo-prescritivas, como as de BECHARA (2002); CUNHA & CINTRA (1985) e ROCHA LIMA (1989); uma gramática descritiva PERINI (1996); e cinco manuais didáticos disponíveis no mercado editorial, dentre os quais os de ABAURRE (2003); FARACO & MOURA (2003); TAKAZAKI (2002); TERRA & CAVALLETE (2005); e SANTOS (2003).

Nos materiais analisados, percebemos que várias são as formas de conceituação do sujeito. Encontra-se desde a definição baseada no critério morfossintático até aquela baseada no critério semântico. Em síntese, vejamos nos quadros (3) e (4), a seguir, as abordagens encontradas em algumas gramáticas de uso pedagógico e nas gramáticas de orientação normativo-prescritiva.

### *Quadro 1: Definições da categoria de sujeito nas gramáticas*

<b>AUTOR</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
CUNHA & CINTRA (1985, p.137.)	“o sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração”.
ROCHA LIMA (1989, p. 205)	“o sujeito é expresso por substantivo, ou equivalente de substantivo. Às vezes, um substantivo sozinho exprime o sujeito da oração”.
BECHARA (1999, p.410)	“o sujeito tem a especificidade de ser preenchido por um substantivo ou um pronome, que deve estar em consonância formal com o núcleo do predicado”
BECHARA (2002, p.409)	“chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração. É, na realidade, uma explicitação léxica do sujeito gramatical que o núcleo

	verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal”.
--	---

Na primeira tentativa de conceituar a função sujeito, Bechara (1999) aborda o fenômeno da classe gramatical que caracteriza, para o autor, a objetividade da função de sujeito. Ele faz uma descrição gramatical, escolhendo o traço, supostamente, discursivo, ‘*a especificidade de ser preenchido por um substantivo ou um pronome*’ para definir o sujeito da língua, embora tenha optado por uma análise em frases sem contexto.

Em situações como (09) “Universitários fazem o Enade hoje”, o sujeito ‘universitários’ poderia ser substituído por um pronome ‘Eles fazem o Enade hoje’. Teríamos, assim, o sujeito. No entanto, nessa definição, esquece-se de que, simplesmente, o elemento que figura na função de sujeito só pode ter significação quando estiver associado a um certo contexto específico (contexto discursivo). Sendo assim, “Eles fazem o Enade hoje” tem uma representação diferente de *Universitários fazem o Enade hoje*.

Basicamente, o autor utiliza-se do critério sintático de uma noção abrangente de ‘classe’ e ‘função’. Isto é, as classes ‘substantivos’ e ‘pronomes’ têm em comum traços sintáticos, porque são núcleos de sintagmas nominais. Todas podem exercer a função sintática de sujeito, embora os ‘substantivos’ também possam ser objetos diretos, e os ‘pronomes’, necessariamente, só ocuparão o papel de sujeito quando estiverem em situações discursivas, evidenciando, portanto, sua característica anafórica. Dessa forma, os exemplos explicitam o desencontro entre a afirmação de sujeito e a prática efetiva de identificação desse fenômeno, tal com se encontra em casos concretos.

Assim como Bechara, Rocha Lima (1989) compreende a função de sujeito, de certo modo, com os mesmos critérios quando afirma que *o sujeito é expresso por substantivo, ou equivalente de substantivo*. Quer dizer, utiliza-se dos mesmos princípios que norteiam o primeiro conceito, embora a definição de Bechara, mais adiante, se ocupe do critério que aponta para a flexão, portanto, para o critério morfossintático (o sujeito *deve estar em consonância formal com o núcleo do predicado*). Ou seja, afirma que o sujeito pode ser explicitado por “formas léxicas que guardam [...] a relação gramatical de concordância em número e pessoa” (2002, p.409). Assim, numa construção do tipo “eu *estudei a noite toda*” o pronome de 1ª. pessoa do singular se acomoda à indicação do morfema – *ei*, indicador da 1ª. pessoa do singular no pretérito perfeito do indicativo. Isso também aconteceria nos exemplos em que o sujeito não

estivesse explícito, como “Estudamos a noite toda”. Sendo assim, a rigor, não se pode falar de elipse do sujeito ou sujeito oculto, quando aparece apenas o núcleo verbal da oração (BECHARA, 2002). Nesse aspecto, converge para o conceito de Perini (1996) que conceitua da seguinte maneira: “o sujeito é o termo da oração que está em relação de concordância com o núcleo do predicado (Ndp)”.

Essa confusão persiste também nas gramáticas pedagógicas, como mostram as definições no quadro a seguir:

**Quadro 2:** *Definições da categoria de sujeito nos manuais didáticos*

<b>AUTOR</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
TERRA & CAVALLETE (2005, p. 47-49)	Não há definição sobre o sujeito. Apenas os autores o classificam em simples, composto, indeterminado, inexistente.
FARACO & MOURA (2003, p.288)	Não há definição sobre o sujeito. Apenas os autores o classificam em simples, composto, indeterminado, inexistente.
TAKAZAKI (2002, p. 231)	“é o termo sobre o qual se diz algo”.
SANTOS (2003, p. 16)	1) o elemento sobre o qual se declara alguma coisa; 2) o elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo; 3) o termo com o qual o verbo concorda e, finalmente, 4) termo que pode ser substituído por um pronome do caso reto”.
ABAURRE (2003, p. 233)	“o termo reconhecido como sujeito de uma oração é aquele com o qual concorda o verbo da oração, em número e pessoa”

Constatamos, nestas definições que, da forma como é explorada a categoria gramatical de sujeito nesses livros, não há possibilidades de uma reflexão mais significativa das representações discursivas trazidas nesses compêndios. Em alguns textos, os autores preferem apenas determinar orientações de classificação desse fenômeno, conforme percebemos em Terra & Cavallete (2005) & Faraco & Moura (2003) ou seguem as mesmas tendências das gramáticas de cunho normativo-prescritivo.

Outro critério que fundamenta outras definições do sujeito nas gramáticas é o semântico (CUNHA & CINTRA, 1985; SANTOS, 2003; TAKAZAKI, 2002). É comum encontrarmos o *sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração* ou ainda o

*elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo.* Para apresentar contra-argumentos em desfavor desses conceitos, vejamos o título de uma notícia, publicada no Diário de Pernambuco em 2006:

(10) Reciclagem **reduz** custo.

Numa análise de perspectiva totalmente formalista da língua, dir-se-ia que a ação de ‘reduzir’ é exercida pelo termos ‘reciclagem’. O enunciado, nessa análise, não manifesta nenhuma significação do acontecimento que se anuncia. Em análises desse tipo, que se fazem também presentes em gramáticas prescritivas e nos manuais didáticos, o que é referendado é apenas a relação estabelecida entre o verbo (seja de ação ou não) e os participantes (sujeito e objeto) ligados a ele. O que, de fato, comprova-se com o exemplo (10) é que o termo ocupante de sujeito (reciclagem) não é agente, *não é o elemento que pratica nem recebe a ação expressa pelo verbo.*

Para a análise simplesmente sintática, não importa o que a presença ou até mesmo a ausência do sujeito nas estruturas linguísticas pode representar na manifestação discursiva. Quer dizer, deixam-se de lado a significação e a funcionalidade dos elementos gramaticais de uma língua.

Para Perini (2001), o sujeito pode ser identificado pela relação morfossintática<sup>7</sup>, ou seja, define-se pela relação paradigmática que as classes gramaticais mantêm com o verbo (o núcleo do predicado).

O autor apresenta a propriedade de o sujeito estar em consonância com o núcleo verbal ou concordância verbal (CV), caracterizada pelo traço de dependência sintática que o constituinte tem na oração. Isso quer dizer que o sintagma nominal (SN), na estrutura superficial, é mais marcado (+ CV) quando apresenta relações de concordância com o verbo, e assim poderá facilmente ser identificado como sujeito da oração. Por sua vez, os termos que não estiverem nessa relação, se apresentam com o traço (- CV), logo não poderiam ser relacionados como sujeito. Considerando esse critério de traços para a identificação do sujeito, segundo o autor, teríamos a eliminação, por completo, das imprecisões gramaticais na compreensão desse fenômeno.

Em outras palavras, tudo isso se trata de uma definição estritamente formal e nada diz respeito ao papel semântico ou discursivo do elemento na função de sujeito. De acordo com Perini (1996, p. 77), não há preocupação nessa definição com o termo que

---

<sup>7</sup> Esta definição é apresentada na obra “Para uma nova gramática do Português” (1991) e depois retomada e rediscutida na “Gramática Descritiva do Português” (1996). O autor, nestes dois livros, justifica seu posicionamento e apresenta argumentos para uma revisão do conceito de sujeito por parte das gramáticas.

*“exprime o agente de uma ação, nem com o termo que exprime a entidade sobre a qual se faz uma declaração. Trata-se simplesmente de um dos constituintes da oração vinculado a ela através de uma relação formal bem definida”.*

Ainda para esse autor (2006, p. 39), o sujeito “é uma função, isto é, um dos aspectos da organização formal da oração”. Portanto, a noção de sujeito deve ser definida de acordo com as relações sintagmáticas entre os diversos termos da oração. Desse modo, a ordem das palavras, a concordância das formas e a regência é que determinarão certas funções na oração.

No percurso ora apresentado, é visivelmente discutido o quanto de incoerência encontramos nos compêndios gramaticais. Não se chega a um consenso do que realmente se define como sujeito no português brasileiro, embora se perceba, na análise que fizemos, um dado em comum em algumas gramáticas : o critério morfossintático. Nesta pesquisa, estamos nos referindo a definição de sujeito em três critérios:

- a. **Morfossintático** – é o critério que marca as relações paradigmática e sintagmática das palavras com o verbo. No exemplo, *as casas serão destruídas*, o sujeito “as casas” é substantivo que mantém uma correspondência que evidencia a concordância com o verbo “serão”, existe o morfema de plural –s no sujeito que marca tal relação morfossintática.
- b. **Semântico** – é o critério que evidencia o papel temático do SN no enunciado. Em, “o gato arranhou as meninas” o sintagma nominal “o gato” é ocupante do papel temático de agente (o elemento que praticou a ação). Os SNs também podem ocupar o papel temático de paciente.
- c. **Discursivo** – é o critério que determina a capacidade de referenciação dos SNs na posição de sujeito em contextos discursivos. Isto é, um termo que funciona como expressão referencial e serve para transformar em objeto de discurso uma pessoa ou objeto da realidade. (PERINI, 2006)

No corpus analisados, há significativas ocorrências da adoção desses critérios para caracterizar a função de sujeito na língua. Vejamos o quadro abaixo:



*Quadro 3: Ocorrências dos critérios de identificação do sujeito, segundo as gramáticas normativo-prescritivas*

GRAMÁTICA	Critérios de identificação do sujeito		
	Morfossintático	Semântico	discursivo
BECHARA (2002)	X	X	
CUNHA & CINTRA (1985)		X	
ROCHA LIMA (1989)	X		

*Quadro 4: Ocorrências dos critérios de identificação do sujeito, segundo os manuais didáticos*

MANUAIS DIDÁTICOS	Critérios de identificação do sujeito		
	Morfossintático	Semântico	discursivo
ABAURRE (2003)	X	-	-
FARACO & MOURA (2003)	-	-	-
TAKAZAKI (2002)	-	X	-
TERRA & CAVALLETE (2005)	-	-	-
SANTOS (2003)	X	X	-

## Conclusões

Observamos que nos dados analisados, o critério mais recorrente nas definições apresentadas nas gramáticas de cunho normativo-prescritivo (BECHARA, 2002, ROCHA LIMA, 1986), é o morfossintático. Esses estão mais próximos da discussão de Perini (1996) na sua Gramática Descritiva do Português. Nas gramáticas de uso pedagógico, o critério morfossintático é igualmente o mais utilizado quando há explicitação do conceito do sujeito.

Nos manuais de Faraco & Moura (2003) e Terra & Cavallette (2005), em nenhuma parte do manual, a definição do sujeito se apresentou. Nestes dois últimos exemplares, pudemos constatar que os autores apenas classificam o sujeito em simples, composto, determinado,

indeterminado, inexistente e apresentam uma série de exercícios para classificação.

Percebemos que a noção de sujeito é compreendida por uma série de características de forma e sentido (PERINI, 2001) que podem dificultar uma análise satisfatória dos fenômenos da linguagem. O quadro abaixo sintetiza os critérios gerais que determinam as definições de sujeito e que orientam sua identificação nas gramáticas e nos manuais didáticos.

*Quadro 4: Critérios de identificação da categoria gramatical de sujeito*

<b>FUNÇÃO SINTÁTICA</b>	<b>CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DO SUJEITO</b>	<b>CONCEITO</b>
Sujeito	a) morfossintático	“o termo reconhecido como sujeito de uma oração é aquele com o qual concorda o verbo da oração, em número e pessoa”
	b) semântico	“o elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo”.
	c) discursivo	“o sujeito tem a especificidade de ser preenchido por um substantivo ou um pronome [...]” “o elemento sobre o qual se declara alguma coisa”

Assim, de fato, o que geralmente se apresenta como sujeito é: (i) uma forma nominal que precede o verbo e acarreta nele fenômenos de concordância (traço de concordância verbal); (ii) um termo que funciona como expressão referencial, isto é, serve para transformar em objeto de discurso uma pessoa ou objeto da realidade; (iii) um elemento que ativa *frames* e sugere pistas ao leitor, além de identificar o assunto da oração e (iv) uma expressão que nomeia quem pratica a ação do predicado.

## Referências

ANTUNES, Irandé C. Particularidades sintático-semânticas da categoria de sujeito em gêneros textuais da comunicação pública formal. In: Muerer, José Luiz. Motta-Roth, Désirée (organizadores.). Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem. São Paulo: EDUSC, 2002.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BORBA, F. S. Para uma gramática de valências do português. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FARACO & MOURA. Gramática Nova. 14ª. Edição. São Paulo: Editora Ativa, 2003.

PERINI, Mário Alberto. Gramática descritiva do português. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. Para uma nova gramática do português. 10ª edição. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PONTES, Eunice Souza Lima. Sujeito: da sintaxe ao discurso. São Paulo: Ática, 1986.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 30ª. Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989;

SANTOS, Márcia Angélica. Aprenda análise sintática. São Paulo: Ática Editora, 2003.

TAKAZAKI, Heloisa Harue. Linguagens no século XXI. São Paulo: IBEP, 2002.

TERRA, Ernani; CAVALLETE, Floriana Toscano. Projeto Radix: português, 7ª. série. São Paulo: Scipione, 2005.

Enviado para publicação em maio de 2011.

Aceito para publicação em novembro de 2011.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.